

Simonsen diz que

Leon Brasil

Economia

11/12/85, QUARTA-FEIRA • 7

o pacote foi adoçado

Heitor Tepedino

"O 'pacote' é a lei do arrocho e não do afrouxo", declarou o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, ao enfatizar que na verdade apenas quem ganha até 18 salários mínimos não será penalizado pela nova tabela progressiva do Imposto de Renda. "Não houve manipulação da Receita Federal — afirmou Simonsen — apenas adoçaram o 'pacote', mas na verdade ele é bastante amargo".

Segundo o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, o assalariado para não pagar mais IR do que paga hoje ele teria de fazer uma operação muito complicada, o que na prática seria quase que impossível, que é a seguinte: mensalmente, o contribuinte tem de aplicar a diferença a mais que ele passou a receber no seu salário como alívio do desconto na fonte, de uma forma que lhe desse um rendimento anual da correção monetária integral e mais 28% de juros brutos, o que deduzido o IR lhe deixaria líquido 15%. Caso o contribuinte não faça esta operação, automaticamente estará pagando mais Imposto de Renda na nossa sistemática do que na anterior.

Simonsen acrescentou que tal resultado independe do comportamento da inflação de dezembro e nos próximos meses, porque se os índices de preços ficarem em 10, 12 ou 15 por cento o contribuinte sofrerá alterações de milésimos, o que não altera substancialmente o que se irá apurar.

Com tal afirmação, o ex-ministro da Fazenda contradiz a afirmação do ministro Dilson Funaro e dos técnicos da Receita Federal de que todos os contribuintes que ganhem mensalmente renda de até 40 salários mínimos seriam beneficiados pelo "pacote" fiscal, já que nos cálculos do governo se incluiu a aplicação financeira da diferença que deixará de ser recolhida na fonte.

Por outro lado, Simonsen acentua

que, de acordo com a lei em vigor, se deve corrigir equivalentemente tanto o imposto progressivo quanto o retido na fonte.

Conhecido pela seriedade e segurança em suas afirmações, o ex-ministro Simonsen consegue finalmente desvendar a torturante análise do "pacote" fiscal aprovado na semana passada por um Congresso Nacional completamente inseguro do que estava votando, o mesmo ocorrendo com os analistas econômicos, pela complexidade do assunto. Contudo, para descobrir-se o fio da meada era necessário saber o raciocínio do governo, o que veio à tona agora com a pesquisa do ex-ministro, concluindo que o governo incluiu nos seus cálculos a reaplicação dos recursos aliviados na fonte para que dessem o benefício tão fabuloso como se tentou convencer não só a população como o próprio presidente José Sarney e o Congresso Nacional.

Agora, às vésperas do Natal, todos vamos amargar uma "pequena" diferença de interpretação do "pacote" fiscal, mostrando-se que a classe média brasileira mais uma vez irá pagar a conta. Apenas para ilustrar, será que alguém com um salário de Cr\$ 10 milhões tem sobras no fim do mês para guardar na poupança? Certamente um número muito pequeno de assalariados. Agora, este assalariado não terá mais devolução do IR, o que era pelo menos uma poupança compulsória e ainda corre o risco de ter de pagar algum adicional ao "Leão".

Desta forma, o problema está levantado, nada restando a fazer senão esperar a conta do Imposto de Renda após o carnaval. Mais uma vez está provado que nada pode ser votado ou decidido a toque de caixa. O governo continua convivendo com dados ilusórios, que na prática nunca funcionarão, como a possibilidade de contribuinte reinvestir todos os meses o que deixou de ter retido no IR fonte na sua empresa.